

GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT  
DANIEL BRANTES FERREIRA  
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

# Comentários à Lei de **ARBITRAGEM**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 24.05.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

S376c

Schmidt, Gustavo da Rocha

Comentários à Lei de Arbitragem / Gustavo da Rocha Schmidt, Daniel Brantes Ferreira, Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4167-3

1. Brasil. [Lei de arbitragem brasileira (1996)]. 2. Arbitragem e sentença – Brasil. I. Ferreira, Daniel Brantes. II. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. III. Título.

21-71187

CDU: 347.918(81)

---

 Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

# SUMÁRIO

---

<b>LEI 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I - Disposições Gerais</b> .....	i
<b>Art. 1º</b> .....	1
1. Métodos adequados de solução de conflitos (MASC): negociação, mediação, conciliação, arbitragem e <i>dispute boards</i> .....	1
2. Conceito e natureza jurídica da arbitragem .....	3
3. Evolução histórica da arbitragem no Brasil .....	4
4. Princípios da arbitragem .....	7
5. Arbitrabilidade subjetiva e objetiva.....	9
6. Arbitragem na Administração Pública.....	11
6.1. Arbitrabilidade subjetiva e objetiva na Administração Pública .....	11
6.2. Regulamentação e autonomia federativa .....	17
6.3. Cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	17
6.4. Arbitragem e a relativização das prerrogativas administrativas e processuais .....	19
6.5. Arbitragem <i>ad hoc</i> ou institucional .....	23
6.6. Árbitro ou Tribunal Arbitral .....	24
6.7. Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação .....	24
<b>Art. 2º</b> .....	26
1. Arbitragem de direito e por equidade .....	26
2. Arbitragem de direito e a vedação da arbitragem por equidade na Administração Pública.....	27
3. Publicidade nas arbitragens com a Administração Pública .....	28
<b>CAPÍTULO II - Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos</b> .....	29
<b>Art. 3º</b> .....	29
1. Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	30
2. Conteúdo e características da convenção de arbitragem .....	30
<b>Art. 4º</b> .....	33
1. Cláusula compromissória: conceito e espécies .....	33
2. Autonomia da cláusula compromissória .....	39
3. Extensão para terceiros não signatários dos efeitos da cláusula compromissória .....	40
4. Cláusula compromissória nos contratos de adesão .....	45
5. Cláusula compromissória nas relações de trabalho .....	48
<b>Art. 5º</b> .....	49
1. Regras aplicáveis à arbitragem institucional .....	49
<b>Art. 6º</b> .....	50
1. Notificação para início da arbitragem.....	51

<b>Art. 7º</b> .....	52
1. Ação judicial para formalização do compromisso arbitral.....	52
<b>Art. 8º</b> .....	54
1. Autonomia da Cláusula Compromissória Doutrina da separabilidade ( <i>Doctrine of Separability</i> ).....	54
2. Princípio da Competência-Competência (Kompetenz-Kompetenz) ou Jurisdição-Jurisdição .....	58
<b>Art. 9º</b> .....	64
1. Compromisso arbitral: conceito e espécies.....	65
<b>Art. 10.</b> .....	65
1. Requisitos formais obrigatórios do compromisso arbitral.....	65
<b>Art. 11.</b> .....	66
1. Requisitos formais facultativos do compromisso arbitral.....	67
<b>Art. 12.</b> .....	68
1. Hipóteses de extinção do compromisso arbitral .....	69
<b>CAPÍTULO III – Dos Árbitros</b> .....	70
<b>Art. 13.</b> .....	70
1. Quem pode ser árbitro? Requisitos e casuística .....	71
<b>Art. 14.</b> .....	86
1. Impedimento, suspeição e o dever de revelação.....	86
2. Recusa e impugnação de árbitro.....	94
<b>Art. 15.</b> .....	97
1. Arguição de recusa Requisitos formais e procedimento.....	97
<b>Art. 16.</b> .....	100
1. Substituição do árbitro: hipóteses e procedimento .....	100
<b>Art. 17.</b> .....	106
1. Responsabilidade civil dos árbitros .....	106
2. Responsabilidade penal dos árbitros.....	111
<b>Art. 18.</b> .....	113
1. Árbitro e magistrado: semelhanças e diferenças .....	113
2. Impossibilidade de revisão da sentença arbitral pelo Poder Judiciário.....	117
<b>CAPÍTULO IV – Do Procedimento Arbitral</b> .....	118
<b>Art. 19.</b> .....	118
1. Instauração da Arbitragem – Etapa inicial do Procedimento Arbitral Aceitação da investidura pelo árbitro.....	118
2. Termo de Arbitragem, Ata de Missão ou <i>Terms of Reference</i> .....	124
3. Efeitos da instituição ou instauração da arbitragem .....	127
<b>Art. 20.</b> .....	129
1. Arguições iniciais no procedimento arbitral e preclusão.....	130
<b>Art. 21.</b> .....	138
1. Modalidades e regras do procedimento arbitral.....	138
2. Princípios cogentes do procedimento arbitral.....	142

3. Representação por advogado .....	150
4. Conciliação e o <i>Consent Award</i> (sentença homologatória de acordo) .....	152
<b>Art. 22.</b> .....	154
1. Produção de provas no procedimento arbitral .....	155
2. Depoimento pessoal das partes e testemunhas .....	161
3. Testemunha técnica <i>expert witness</i> .....	171
4. Prova documental.....	174
5. Revelia ou contumácia na arbitragem.....	176
6. Nota conclusiva.....	178
<b>CAPÍTULO IV-A Das Tutelas Cautelares e de Urgência</b> .....	178
<b>Art. 22-A.</b> .....	178
1. Tutelas de urgência na arbitragem.....	179
2. Requisitos para o deferimento da tutela de urgência.....	186
3. Prazo para a apresentação do requerimento de instauração da arbitragem.....	188
4. O árbitro de emergência <i>Emergency Arbitrator</i> (EA) .....	191
<b>Art. 22-B.</b> .....	198
1. Tutelas de urgência incidentes antecipada, cautelar e evidência possibilidades.....	198
<b>CAPÍTULO IV-B Da Carta Arbitral</b> .....	200
<b>Art. 22-C.</b> .....	200
1. Instrumento de cooperação com o Poder Judiciário .....	200
2. Requisitos formais .....	203
<b>CAPÍTULO V – Da Sentença Arbitral</b> .....	204
<b>Art. 23.</b> .....	204
1. Sentença Arbitral, Laudo Arbitral e <i>Arbitration Award</i> – Terminologia e definição.....	205
2. Prazo legal e convencional para proferimento da sentença .....	208
3. Sentença arbitral parcial .....	211
<b>Art. 24.</b> .....	216
1. Requisitos formais da sentença arbitral .....	216
2. Decisão majoritária e voto divergente .....	219
<b>Art. 25. (Revogado)</b> .....	221
1. Questão prejudicial e suspensão do procedimento.....	221
<b>Art. 26.</b> .....	223
1. Requisitos essenciais (formais) da sentença arbitral .....	223
2. Relatório.....	224
3. Fundamentação (motivação) .....	225
4. Dispositivo.....	229
5. Data e lugar em que a sentença é proferida.....	230
6. Assinatura dos árbitros.....	232
<b>Art. 27.</b> .....	232
1. Despesas e custas na arbitragem.....	232
2. Litigância de má-fé.....	237

<b>Art. 28.</b> .....	238
1. Sentença homologatória de acordo ou <i>Consent Award</i> .....	238
<b>Art. 29.</b> .....	239
1. Comunicação da sentença arbitral.....	239
<b>Art. 30.</b> .....	243
1. Hipóteses de cabimento do pedido de esclarecimentos (embargos arbitrais).....	243
2. Prazo para aditar a sentença.....	246
3. Regulamentos nacionais, internacionais e legislação estrangeira.....	247
<b>Art. 31.</b> .....	251
1. Efeitos da sentença arbitral.....	251
<b>Art. 32.</b> .....	257
1. Ação anulatória de sentença arbitral e impugnação ao cumprimento de sentença.....	257
2. Causas de invalidação da sentença arbitral.....	259
2.1. Convenção de arbitragem nula (inciso I).....	259
2.2. Emanou de quem não podia ser árbitro (inciso II).....	263
2.3. Não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei (inciso III).....	265
2.4. For proferida fora dos limites da convenção de arbitragem (inciso IV).....	271
2.5. Comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva (inciso VI).....	272
2.6. Proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, III (inciso VII).....	274
2.7. Forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei (inciso VIII).....	274
<b>Art. 33.</b> .....	275
1. Procedimento, prazo decadencial, legitimidade, valor da causa e natureza da sentença ( <i>caput</i> e §§ 1º e 2º).....	276
2. Da impugnação ao cumprimento da sentença arbitral (§ 3º).....	284
3. Ação declaratória de inexistência de sentença arbitral.....	285
4. A anulação da sentença arbitral na perspectiva internacional ( <i>Challenging the Award</i> ).....	286
<b>CAPÍTULO VI Do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras</b> .....	290
<b>Art. 34.</b> .....	290
1. Conceito e reconhecimento de sentença arbitral estrangeira.....	290
<b>Art. 35.</b> .....	293
1. A competência do STJ.....	293
<b>Art. 36.</b> .....	295
1. Aplicação do CPC no procedimento de homologação de sentença arbitral estrangeira.....	295
<b>Art. 37.</b> .....	297
1. Petição inicial e pressupostos positivos de homologação das sentenças arbitrais estrangeiras.....	298
<b>Art. 38.</b> .....	301
1. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação (Pressupostos negativos de homologação das sentenças arbitrais estrangeiras).....	302
2. Hipóteses de recusa do art. 38 da Lei de Arbitragem pelo prisma do art. V(1) da Convenção de Nova York.....	306
2.1. As partes na convenção de arbitragem eram incapazes (inciso I do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>a</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	307

2.2. A convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida (inciso II do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>a</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	309
2.3. Não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa (inciso III do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>b</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	310
2.4. A sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem (inciso IV do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>c</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	313
2.5. A instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória (inciso V do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>d</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	315
2.6. A sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada (inciso VI do art. 38 da Lei de Arbitragem e alínea <i>e</i> do art. V[1] da Convenção de Nova York).....	316
3. Legislação estrangeira .....	320
<b>Art. 39.</b> .....	323
1. Hipóteses de recusa do art. 38 da Lei de Arbitragem pelo prisma do art. V(2) da Convenção de Nova York.....	323
1.1. Inarbitrabilidade objetiva do litígio (inciso I do art. 39 da Lei de Arbitragem e alínea <i>a</i> do art. V[2] da Convenção de Nova York).....	324
1.2. Ordem pública (inciso II do art. 39 da Lei de Arbitragem e alínea <i>b</i> do art. V[2] da Convenção de Nova York).....	326
<b>Art. 40.</b> .....	336
1. Renovação do pedido de homologação de sentença estrangeira .....	336
<b>CAPÍTULO VII Disposições Finais</b> .....	337
<b>Art. 41.</b> .....	337
1. Alteração do CPC/73 e a correspondência com o CPC/2015 .....	338
1.1. Alteração do art. 267, VII, do CPC/1973 – Correspondência com o art. 485, VII, do CPC/2015.....	338
1.2. Alteração do art. 301, IX, do CPC/1973 – Correspondência com o art. 337, X, do CPC/2015.....	338
1.3. Alteração do art. 584, III, do CPC/1973 Correspondência com o art. 515, VII, do CPC/2015.....	339
<b>Art. 42.</b> .....	340
1. Efeitos do recurso de apelação (alteração do art. 520, VI, do CPC/1973 – Correspondência com o art. 1.012, § 1º, IV, do CPC/2015).....	340
<b>Art. 43.</b> .....	341
1. <i>Vacatio legis</i> de 60 dias.....	341
<b>Art. 44.</b> .....	342
1. Revogação dos dispositivos legais que disciplinavam a arbitragem no Código Civil de 1916 e no Código de Processo Civil de 1973.....	342
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	345